

Spaece e livro didático de História: análise do cotidiano escolar

Spaece and the History Textbook: An Analysis of Everyday School Life

Ana Vitoria Batista da Silva¹, Amabyly Paulina Carvalho Pessoa²

¹ <https://orcid.org/0009-0002-6900-7799>, Universidade Estadual do Ceará,
anavitoria.batista@aluno.uece.br, ² <https://orcid.org/0009-0009-9558-3125>, Universidade
Estadual do Ceará

RESUMO

O cotidiano escolar é composto por diversos contextos que influenciam a gestão de ensino e aprendizado, assim causando impactos significativos no desenvolvimento cognitivo da criança. Com isso, esse artigo trata da fundamentação teórica de uma monografia que visou a análise do Spaece e do PNLD, na forma que integram impacto nas escolas do Ceará. Portanto, é integrado por estudos bibliográficos sobre livros didáticos, Spaece e os documentos educacionais brasileiros: BNCC e LDB, Choppin (2004), Silva (2012), Pequeno (2000), Sá (2020), Bittencourt (2011), Hall (2016), Minayo (2009) entre outros. Os resultados apontam que os livros didáticos de História, por serem o principal instrumento para o ensino, não têm espaço em sala de aula, devido a treinamentos intensos para o Spaece.

Palavras-chave. Livro Didático; Spaece; PNLD; História.

ABSTRACT

The daily school routine is composed of diverse contexts that influence the management of teaching and learning, thus causing significant impacts on children's cognitive development. In this regard, this article aims to analyze how Spaece and PNLD integrate their role within this space. It is therefore based on bibliographic studies on textbooks, Spaece, and Brazilian educational documents such as the BNCC and LDB, as well as works by Choppin (2004), Silva (2012), Pequeno (2000), Sá (2020), Bittencourt (2011), Hall (2016), Minayo (2009), among others. The results indicate that History textbooks, despite being the main instrument for teaching, are often left aside in the classroom due to the intensive training focused on Spaece.

Keywords. Textbook; Spaece; PNLD; History.

1. INTRODUÇÃO

O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece) é uma avaliação que tem como objetivo identificar o desempenho dos estudantes de 2º e 5º Ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais, 9º Ano do Ensino Fundamental Anos Finais e 3º ano do Ensino Médio. Sua criação foi inspirada a partir da avaliação do Governo Federal, a Provinha Brasil, desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O livro didático, por sua vez, é um dos muitos recursos utilizados pelo professor dentro de sala de aula, seja em rede privada ou pública. Contudo,

direcionando o olhar para as escolas públicas de todo o Brasil, sejam Estaduais ou Municipais, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é a política educacional que abrange esses espaços.

Tendo isso em vista, o PNLD e o Spaece deveriam ser políticas públicas complementares, pois visam competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018). Portanto, a relevância deste trabalho apresenta-se nas demonstrações de como ambas políticas estão se colidindo e coincidindo no cotidiano escolar, exclusivamente na competência de História.

As Ciências Humanas são estudos que demonstram as ações históricas de todo ser humano em explicar atos sociais de acordo com seu nível de raciocínio (Minayo, 2019). Nesse sentido, esta pesquisa obteve o formato de estudo bibliográfico, pois “Caracteriza-se pelos usos de fontes com dados analisados e publicados, ou seja, a literatura produzida a respeito de um determinado tema.” (Silva e Farias, 2019, p.17). Assim, o trabalho tem uma abordagem qualitativa, realizado nos anos de 2024 e 2025, com o objetivo de expor o elo entre as duas políticas.

A principal problemática, perante isso, é: O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaeca/ALFA) causa implicações na utilização do livro didático de História das escolas públicas? O objetivo, em geral, foi entender como essas políticas públicas interagem entre si, analisando, especificamente, os repertórios literários sobre as temáticas.

Entre os autores que fazem parte estão: Alain Choppin (2004), Isaide Silva (2012), Circe Bittencourt (2011), Pedro de Sá (2020) e Maria Pequeno (2000). Tais teóricos possuem estudos com relevância acadêmica nas temáticas de política pública do PNLD, em livros de História e na avaliação externa do Ceará, Spaeca. Logo, foram feitos fichamentos sobre os conceitos básicos desses autores, como também, dos documentos oficiais que regem a educação brasileira.

Os resultados demonstram que a prova do Spaeca e o PNLD não possuem convergências para o sistema educacional do Ceará, fazendo, também, com que a competência curricular de História não seja desenvolvida em âmbitos cruciais para o desenvolvimento crítico do indivíduo, assim, sendo negligenciado em sua importância como parte da Base Nacional. Além disso, o Spaeca interfere na boa utilização de verba pública, ou seja, imposto, pois, a não valorização do livro como

deveria, possuindo, portanto, ilegalidade constitucional. Por fim, cabe salientar que o texto será organizado nas seguintes seções: Introdução, Metodologia, Resultados e Discussões, Considerações Finais e Referências.

2. MÉTODO

Este trabalho é um recorte da monografia 'Os Usos do Livro Didático de História do PNLD e os Impactos do Spaece: O Foco no Cotidiano Escolar' (Silva, 2025), que surgiu a partir do interesse despertado durante uma investigação de campo de um projeto de Iniciação Científica, financiada pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e orientada pela Professora Doutora Isaide Bandeira. Essa pesquisa teve como objetivo analisar os usos dos livros didáticos de História durante a pandemia do Covid19, no ano de 2022 (Silva, 2024). Nesse período, foi percebido que além dos desafios que a pandemia trouxe, existia no ambiente escolar a pressão exercida pelo Spaece. Diante disso, surgiu o interesse em compreender melhor as influências dessa avaliação sob o ensino de História.

Apropriando-se de uma pesquisa bibliográfica, um dos pontos analisados foram documentos educacionais, Nacionais e Municipais. Um deles foi a documentação que rege o ensino na Capital do Ceará, as "Orientações gerais para o desenvolvimento do trabalho pedagógico do ensino fundamental 2023" (Fortaleza, 2023). De acordo com esse manuscrito, as escolas de Fortaleza, de tempo regular, possuem 20h/a (vinte horas aulas) semanais de componentes curriculares básicos, onde, somente, 4h/a (quatro horas aula) são destinadas para as disciplinas de Ciências Humanas (História, Geografia, Religião e Artes), enquanto o dobro são destinadas para Língua Portuguesa e Matemática, que, por coincidência, são as disciplinas que fazem parte do Spaece e do Saeb. Em suma, de segunda a sexta, uma criança estuda História duas vezes por semana, durante duas horas por dia.

Outro documento investigado foi a Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que dita que a finalidade da Educação Básica "é desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores" (BRASIL, 1996, artigo 22). expressando que todas as competências presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC,

2018) são de extrema importância para a formação do indivíduo e para a concepção do que é Educação de qualidade.

A BNCC também foi estudada, trazendo a visão que todas as suas competências, até as da área de Ciências Humanas são importantes, pois são elas as responsáveis por incentivar, especificamente, a criticidade dos estudantes. Mediante essa investigação inicial dos documentos, posteriormente surgiu a necessidade de repertórios teóricos sobre as temáticas, os quais estão detalhados no Quadro 1.

Quadro 1: Fontes bibliográficas sobre o uso PNLD e SPAECE

Tipo de fonte	Autores(as)	Título	Ano
Artigo científico	Circe Bitterncourt	Produção didática de História: trajetórias de pesquisas	2011
Artigo científico	Itamar Oliveira e Margarete Oliveira	Cultura histórica e livro didático ideal: algumas contribuições de categorias rüsenianas para um ensino de História à brasileira.	2014
Artigo científico	Helenice Rocha e Flávia Caime	A(s) história(s) contada(s) no livro didático hoje: entre o nacional e o mundial.	2014
Artigo científico	Maria Pequeno	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece) na vertente da avaliação do rendimento escolar.	2000
Capítulo de livro	Paulo Barguil	Capítulo 7: Implicações do Spaece no currículo escolar.	2015
Capítulo de livro	Maria C Minayo	Capítulo 1: O desafio da pesquisa social.	2009

As afirmativas, logo, são sustentadas a partir dessa discussão de fundamentação teórica literária. A busca foi conduzida de forma sistemática com base em dados acadêmicos, como Google Scholar, SciELO, CAPES Periódicos e repositórios institucionais de Universidades públicas, além de documentos legislativos brasileiros presentes na *Internet*. As palavras-chave utilizadas foram combinadas de diferentes formas, incluindo: “Spaece”, “avaliação educacional”, “PNLD”, “Livro didático” e “História”. Ademais, foram incluídos trabalhos: Publicados em língua portuguesa, composto por autores clássicos, e modernos a partir do ano de 2010 e 2025, que abordam a temática em contextos similares e relevantes a problemática

Essas fontes selecionadas passaram por leitura exploratória, de 2024 a 2025, seguida de leitura analítica e elaboração de fichamentos. Durante esse processo, foram identificados conceitos-chave, recorrências argumentativas e abordagens críticas sobre os efeitos da pesquisa. As informações obtidas foram sistematizadas em quadros comparativos e eixos temáticos, permitindo estabelecer relações entre diferentes autores. Essa síntese possibilitou interpretar, sob uma perspectiva teórica, os impactos práticos do Spaece nas escolas, articulando a literatura educacional, as diretrizes oficiais e os debates contemporâneos sobre política e currículo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os livros didáticos possuem no geral lugar de destaque nas escolas públicas e privadas do Brasil. Segundo a Agência Gov (2024), o investimento do Ministério da Educação (MEC), em livros didáticos em 2024 foi de R\$2,1 bilhões, cerca de 79% (setenta e nove por cento) maior em relação ao ano anterior. Essa verba é destinada para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), instituído em 1985, durante o governo de José Sarney, pelo Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, com o objetivo de garantir a distribuição gratuita de livros didáticos para escolas da rede pública (Brasil, 1985).

As editoras que submetem suas obras ao edital público do PNLD, devem certificar-se que a elaboração do livro segue a formação curricular da BNCC. Pensando dessa maneira, muitos de seus usuários, em diversas vezes, idealizam o livro como um instrumento ideal já construído. Contudo, seu uso, em possibilidades e limites, dependem da formação e ligação de cada docente e discente (Oliveira, 2014).

Devido a essa iniciativa, o livro didático faz parte do cotidiano escolar. Assim, é notório sua relevância como um dos principais instrumentos que auxiliam os professores e estudantes em sala de aula e em casa. Contudo, os livros didáticos são frutos de uma época, que trazem aspectos de dimensões ideológicas e instrumentais (Choppin, 2004). Seus usos são em imensas possibilidades, podendo construir infinitos conhecimentos de modo reflexivo, moldando a maneira de pensar de toda uma futura geração, podendo até influenciar um indivíduo para determinadas correntes políticas, ou seja, a ideias progressistas ou positivistas.

Pelas circunstâncias temporais, o livro deve ser atualizado, contendo análises que ultrapassam narrativas centralizadas em conhecimentos hegemônicos e simplificados (Bittencourt, 2011). Em específico, os livros de História, pois possuem a função não somente de expor temáticas importantes presentes na BNCC, mas de aflorar a criticidade que há em seus usuários.

O livro didático de História, assim, é cercado por diversas narrativas em contextos globais e nacionais que atribuem e possibilitam mediações em ambiente escolar (Rocha, 2014). A partir disso, com os diferentes usos do livro didático de História, as pessoas podem ser representadas, o ensino-aprendizado pode ser melhor estabelecido e o papel da competência de História, em formar conhecimento crítico, é concretizado (Silva, 2012). Com essa visão começa a surgir a construção da identidade do sujeito no ensino de História.

Em primeiro momento, então, é destacado que o livro didático é um instrumento de representatividade e espelho da diversidade. A representatividade, se contextualiza na construção de memórias coletivas, que influenciam as relações da infância até a velhice (Oliveira, 2012). Tendo em vista que uma pessoa passa, em média, 15 anos no ambiente escolar, esse local deveria ser o mais propício para a formação de memórias coletivas na formação da sociedade.

O conceito de representação é complexo, pois é um fenômeno político e, por consequência, humano (Pitkin, 2006). O livro é composto por múltiplas linguagens em sua produção, como imagens, iconográficas, seções, atividades, textos, poemas, receitas, documentos e entre outras. Esses utensílios são um dos principais fatores que impactam no processo de representatividade, pois “Se por um lado a linguagem contribuiu para o questionamento do paradigma historicista, por outro lado também ampliou o entendimento dos fatos sociais” (Zinani, 2013, p. 6).

Quando se relaciona os textos com as imagens, é possível, ainda, apresentar práticas sociais, que moldam a compreensão da realidade pelo conhecimento, que trazem interpretações influenciadas pela cultura e pelas experiências pessoais. Assim, a leitura de um livro não é apenas um ato individual, mas também uma prática que envolve negociações de significados que se relacionam com o mundo (Chartier, 1991).

De acordo com Saliba (1999), também, os livros didáticos, em sua maioria, são compostos por um determinado estilo de imagens, denominadas canônicas, que

são imagens padrões ligadas a conceitos chaves da vida social e intelectual. Essas ligações normalmente estão ligadas a conceitos que contam a História a partir do viés colonial, que resultam em aprendizados estruturados e perpetuados na enfatização do racismo e do machismo, que não contribuem para uma formação crítica e representativa.

No caso do Brasil encontram-se em destaque as imagens de Rugendas e Debret. A existência dessas imagens nos livros possui relevância, pois, ao estar nas mãos do professor pode ou não construir contextos que visam à escravidão e o patriarcado como modelo de sistemas falho, mas que pertura até hoje, prendem tanto negros como as mulheres a uma historicidade colonial eurocêntrica (Davis, 1981). Portanto, ao visualizar a sociedade atual em uma pirâmide social, é notório que o homem branco estaria no topo, seguido pela mulher branca, após pelo homem negro e, na base, a presença da mulher negra.

Essa configuração é levado pelos privilégios do homem branco, luta feminista das mulheres brancas contra o patriarcado e a resistência antirarista do homem negro. A instrumentalização do material didático de História deve pensar a questão das mulheres não como uma novidade, mas como uma necessidade educativa (Pimenta, 2021). Percebe-se, portanto, que cabe ao livro apontar a importância dos movimentos sociais para a representatividade e as práticas decoloniais no ambiente escolar, trazendo vozes em luta para construção da identidade pessoal (Figueiredo, 2017).

Mediante a isso, onde se encontra a mulher negra em suas opressões? Ela se encontra no feminino negro para ganhar destaque e espaço em meio as questões feministas e raciais (Berth, 2019). A relevância do ensino de História, vem disso, do despertar a criticidade das experiências sociais vivenciadas no interior da escola. Aqui o livro didático de História ganha espaço crucial em sala de aula, por conter aspectos dessas lutas e resistências. Assim, permitindo que todos possam entender o seu lugar de fala na construção da memória coletiva (Ribeiro 2019).

A ideia de construir essas memórias, combate a identidades instituída pelos resquícios de branquitude na educação. Logo, a população brasileira sendo formada por 104,5 milhões de mulheres e 98,5 de homens, de 45,3% de pardas, 43,5% de brancas e 10,2% pretas, deve urgentemente possuir uma educação que

conte a História e desenvolve a cognição das crianças de forma saudável e plena durante a infância (Filho, 2022; IBGE 2022).

O livro torna-se, assim, não somente um instrumento de ensino do professor, mas também responsável por construir a identidade da criança no contexto educativo escolar e cultural (Guareschi al et 2002). Por isso, não deve, em nenhuma circunstância, enfatizar estereótipos que desvalorizem essas lutas, pois são construções políticas e históricas (Barros, 1995), auxiliando na construção de saberes para a educação com práticas libertadoras.

O livro didático é um mecanismo pedagógico tanto utilizado pelo professor como pelos estudantes. Mas, para que o discente saiba utilizá-lo é necessário que o docente compreenda os limites e possibilidades que o livro possui. Contudo, não somente isso, mas também as abordagens metodologias que terá em seu uso.

Pontuando a “Prática libertadora”, um desses pontos, então, engloba a formação de professores. O professor em sua formação deve aprender que a História, a partir das ações dominantes, apropria-se de condição de poder que submetem os demais variáveis sujeitos a inferioridade (Quijano, 2005). A forma como a História hoje é contada traz essa essência que “o eurocentrismo não é a perspectiva cognitiva somente dos europeus, mas torna-se também do conjunto daqueles educados sob sua hegemonia” (Oliveira, 2010, pág 5).

Assim, já é possível identificar a primeira problemática, a não compreensão do professor em saber utilizar o livro didático. Esse material passa por diversas análises por ser uma política pública federal, logo, o docente como o responsável por desenvolver a cognição e deve ter a visão que “a educação é um território privilegiado para o desenvolvimento, transmissão e produção de conhecimento” e que “o conhecimento tem a identidades distintas, produzindo articulações entre si resultantes das necessidades e dos objetivos das lutas sociais” (Freitas e Meneses, 2021, p. 3). Portanto, é esse livro que saberá guiá-lo a cumprir sua tarefa.

A negligência da utilização desses livros prejudica o complemento da construção crítica dos discentes. Ademais, consolidam aos professores o ensino colonial. Portanto, “graças a colonialidade, a europa pode produzir as ciências humanas como modelo único, universal e objetivo na produção de conhecimento

além de deserdar todas as epistemologias de periférica do ocidente” (Oliveira, 2010, p. 3)

Compreende-se que o objetivo central dos livros didáticos de História, é esse: traçar abordagens pedagógicas eficazes de formar a visão crítica dos discentes. Sua relevância, portanto, em sala de aula vai para além de parâmetros avaliativos de fatos históricos, mas apontam questões que influenciam visões de mundos pertinentes, que serão perpetuadas e estruturadas com o passar do tempo.

A Base Nacional Comum Curricular, para além disso, como documento legislativo que rege a educação no Brasil, descreve em suas páginas que a competência de História tem sua supra importância para o desenvolvimento crítico dos estudantes. É importante refletir agora, os empecilhos que provas de avaliações externas, focadas apenas em Língua Portuguesa e Matemática, podem causar na cognição humana, no que se refere a compreensão histórica.

O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece) foi originado em 1992, pelo Governo do Estado do Ceará, com o objetivo de avaliar a qualidade da educação básica nas escolas públicas do estado. A avaliação é aplicada anualmente e serve como um monitoramento contínuo do sistema educacional, influenciando diretamente as práticas docentes em sala de aula. Sua principal finalidade é diagnosticar o desempenho dos estudantes, contemplando as competências de Língua Portuguesa e Matemática. A partir dos resultados, ele deveria contribuir para o planejamento e melhoria das políticas educacionais estaduais.

Durante o preparatório para o Spaece, impactos significativamente no cotidiano escolar ocorrem, especialmente no que diz respeito à utilização do livro de história. Exemplos pertinentes são os cancelamentos de aulas, devido à pressão que o corpo escolar sofre por parte da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC).

A pressão de alcançar boas notas, devido às remunerações adicionais oferecidas às escolas, que se destacam, assim tendo como consequência esses cancelamentos de aulas que não sejam de Língua Portuguesa ou Matemática. Como resultado, livros de outras competências, como história, são descartados, juntamente com suas respectivas aulas.

O Spaece influencia o currículo escolar na mesma dimensão do SAEB. Mas, para além, ele tem o papel nas políticas de responsabilização educacional no estado e tem sido central na implementação de práticas de accountability, influenciando diretamente as estratégias pedagógicas e administrativas das escolas cearenses (Filho, 2020). Os impactos dessa política na qualidade do ensino e nos resultados educacionais, destaca tanto os avanços quanto os desafios enfrentados no contexto das avaliações em larga escala.

Os resultados do Spaece podem ser utilizados para monitorar e melhorar a aprendizagem. Mas cabe destacar a importância de uma análise horizontal dos dados, acompanhando o progresso dos estudantes ao longo dos anos de escolarização, em contraste com a abordagem vertical tradicional (Santos, 2015). Essa perspectiva longitudinal oferece uma educação mais eficaz para orientar intervenções pedagógicas e aprimorar o processo de ensino-aprendizagem. Portanto, não deve se limitar a certas competências, mas contemplar a completude da BNCC.

Examinar como o Spaece foi concebido e implementado, como uma ferramenta estratégica para monitorar e melhorar a qualidade da educação básica no Ceará, é um assunto de discussão polêmica. Desde sua criação, ele possui um papel na formulação de políticas educacionais baseadas em evidências e na promoção de práticas de responsabilização (accountability) no sistema educacional cearense. Assim, se tornando umas das principais políticas que deve ser estudada, analisada e adaptada por seus desafios e as perspectivas futuras, visando a consolidação de uma cultura de avaliação que contribua efetivamente para a melhoria contínua do ensino no estado (Lima, 2008).

Sem dúvidas as avaliações externas possuem sua relevância, mas não devem de forma alguma prejudicar a competência de História e o uso do seu livro. Pois a perspectiva pedagógica humana traz a necessidade de construir identidades sólidas e interculturais (Krame, 1995). Além disso, que “é na pluralidade da comunidade humana, da variedade das respostas possíveis que se pode compreender o mundo” (Motta, 2019, pag 5).

Em suma, os livros didáticos levam em suas páginas, documentos, imagens, textos e seções de apoio pedagógico, que possibilitam o acesso democrático da comunidade escolar e aos fatos históricos presentes em sua composição. Em

contrapartida, o Spaece discute, sem adaptações, de forma limitadora ao currículo, as realidades nas escolas, para atender suas demandas, contudo, somente em Língua Portuguesa e Matemática (Silva, 2015).

Isso revela um fato entre os pesquisadores da educação, que os desafios do cotidiano escolar são significativos para consolidação de um ensino de qualidade no auxílio do trabalho do professor. Além disso, as análises de avaliações externas devem evoluir no Ceará, desde a criação do SAEB, para modificações eficazes na educação (Pequeno, 2000).

Logo, essas políticas educacionais não se relacionam como deveriam, ou seja, com propósitos educativos de desenvolver intelecto em perspectivas complementares. Pois, o isolamento da disciplina de História de uma avaliação externa demonstra a negligência que o Estado tem na construção das habilidades que constroem a BNCC, destacando o déficit na formação cognitivo do discente, pois segundo a própria Base (2018, p398), na competência de História dos anos iniciais, “A lógica da palavra, da argumentação, é aquela que permite ao sujeito enfrentar os problemas e propor soluções com vistas à superação das contradições políticas, econômicas e sociais do mundo em que vivemos”.

Essa desconexão, frequentemente apontada por pesquisadores e educadores, gera desafios para a articulação entre as práticas pedagógicas propostas pelos livros didáticos e as competências cobradas nas avaliações, evidenciando a necessidade de um alinhamento. Pedro Sá (2020) investigou isso, ao relatar a falta de vínculo da relação entre o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), ambas políticas de iniciativa federal. Em seu estudo ele revela que a comunicação entre elas é inexistente pela falta de traços comuns. Essa ausência de alinhamento compromete a eficácia dos objetivos de ambas as políticas, pois torna o cotidiano habitual escolar confuso. Nesse efeito, se duas políticas federais se colidirem, o mesmo pode ocorrer com uma federal e estadual .

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi criado pelo Ministério da Educação (MEC) do Brasil em 1985, com o objetivo de distribuir livros didáticos para as escolas públicas do país, garantindo acesso a materiais pedagógicos de

qualidade para os estudantes da educação básica. Sua principal função é selecionar, adquirir e distribuir livros didáticos para todas as escolas públicas do Brasil. Esses livros são escolhidos por meio de análises criteriosas, para serem financiados com recursos públicos, tornando o acesso gratuito para as crianças e professores.

Entre os principais achados, portanto, é que a marginalização desse material revela prejuízos subsequentes à formação discente e a desvalorização do trabalho docente, uma vez que o livro orienta o trabalho do professor, e o aprender do estudante, cobrindo planejamento dos quesitos presentes nas competências da BNCC. Sendo assim, a justificativa dos aspectos convergentes ao ensino nos âmbitos do Spaece e do PNLD relaciona-se com incoerentes e confusas.

As contribuições apontam que a problemática, no entanto, se agrava à medida que essa situação se intensifica na gestão escolar, gerando diversos problemas psicossociais. O Spaece, portanto, influencia a percepção de docentes e gestores sobre a educação, promove déficits cognitivos nos estudantes, desvaloriza a competência de História e interfere em uma das maiores políticas públicas de âmbito nacional. Dessa forma, tanto o conhecimento da História quanto a competência em si ficam sem ser trabalhados ou aplicados, cortando esse ato inconstitucional, por não abranger os parecer da legislação educativa.

Entre as limitações, a literatura percebe que a desvalorização da competência de História e a interferência em outra política educacional ocorre pelo fato da avaliação não incluir outras competências. Visando que a relevância do estudo histórico é crucial, pois o desenvolvimento crítico e a análise dos fatos demonstram a visibilidade de uma história participativa. Assim, a própria competência de História, fazendo parte do cotidiano escolar, deveria fazer parte de políticas avaliativas.

Todos dois pontos devem ser ressaltados, pois, ao encarar a realidade do Ensino no Brasil, principalmente no Estado do Ceará, que podem concretizar futuras pesquisas. Primeiro a opressão anticonstitucional nas escolas, pela existência de um sistema avaliativo que não engloba a competência de História, que oportuniza lacunas do ensino-aprendizado voltado para a diversidade. Posteriormente, O embate entre essas duas políticas públicas educacionais, que refletem diferenças existentes nas essências dos objetivos de cada uma - Enquanto

o PNLD busca oferecer materiais pedagógicos de qualidade para subsidiar o ensino, o Spaece foca em quantificar o desempenho educacional.

5. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GOV. Investimento do MEC em livro didático é 79% maior em 2024.
2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/investimento-do-mec-em-livro-didatico-e-79-maior-em-2024>. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda
Página inicial. Disponível em : <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 dez 2024.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. IDEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados> Acesso em: 20 dez 2024.

BRASIL, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Dados estatísticos do PNLD. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL, Programa Nacional do Livro Didático. PNLD 2023 – Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Obras Didáticas – História. 2023. Disponível em: https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2023_anos_iniciais_ensino_fundamental_obra_didatica/componente-curricular/pnld_2023_anos_iniciais_ensino_fundamental_obra_didatica_historia. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Versão final. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BARROS, L. Nossos feminismos revisados. Revista ESTUDOS FEMINISTA. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - IFCS/UFRJ. VOL 3 N 2. 1995. P458 A 463
BITTERNCOURT, Circe. Produção didática de História: trajetórias de pesquisas. Revista de História. São Paulo, n. 164, p. 487-516, 2011.

CHARTIER, R. O mundo como Representação, Revista das revistas, Estudos Avançados (1991)5(11),173-191.

CHOPPIN, Alan. A história dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação e pesquisa. São Paulo, v3, n3, 2004.

FARIAS, Isabel Sabino de. PIMENTEL, Silvina Silva. **Pesquisa e prática pedagógica.** V.3, Fortaleza, Ceará, 2009.

FIGUEIREDO, Angela. Somente um ponto de vista. cadernos pagu(51), e175117. 2017.

FILHO, E. F., MARTINS, E. **Contribuições da teoria histórico-cultural para a compreensão das questões raciais na educação escolar**|Educ. Pesqui., São Paulo, v.48, e239195, 2022.

FILHO, Luciano. VIDAL, Eloísa. JUNIOR, José. **Avaliação em larga escala no Ceará e as políticas de Accourntability:** O protagonismo do SPAECE. Revista Práxis Educacional. Vitória da Conquista: Bahia. v. 16, n. 43, p.452- 471, Edição Especial. 2020.

FORTALEZA, Prefeitura de. **Orientações gerais para o desenvolvimento do trabalho pedagógico do ensino fundamental**, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, Luciana. MENESES, Maria. **Discursos, epistemologias do sul e pedagogias decoloniais**, v26, n56, p857-875. Gragoatá, Niterói. 2021.

GUARESCHI, Neuza al et. **As relações raciais na construção das identidades.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 7, n. 2, p. 55-64, jul./dez. 2002.

HALL, STUART. **Cultura e representação.** Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

KRAMER. Sonia. **Questões raciais e educação:** Entre lembranças e reflexos(1995)

MOTTA, Flávia. DE PAULA, Claudemir. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, e 88365, 2019.

LEITE, Lúcia et al. **A educação como prática de liberdade:** Uma perspectiva decolonial sobre a escola. Educação em revista, Dossiê - Paulo Freire: O legado Global, v.35, e214079. Belo Horizonte. 2019.

LIMA, Alessio Costa. **O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) como expressão da política pública de avaliação educacional do Estado.** Dissertação (Mestrado). Fortaleza: UECE. 2007.

MINAYO, Maria. Capítulo 1: O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria. DESLANDES, Suely. GOMES, Romeu. **PESQUISA SOCIAL:** Teoria, método e criatividade. Edição 26. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

NERY, Vitor et al. **Descolonizar a história da educação:** Contribuições teóricas dos estudos subalternos e dos pensamento decolonial. History of education in Latin America - HistELA, v.3 e211799, 2020, p. 2-17.

OLIVEIRA, Itamar. OLIVEIRA, Margarete. **Cultura histórica e livro didático ideal:** algumas contribuições de categorias rüsenianas para um ensino de História à brasileira. ESPAÇO PEDAGÓGICO v. 21, n. 2, Passo Fundo, p. 223-234, 2014 | Disponível em: www.upf.br/seer/index.php/rep

OLIVEIRA, Luiz. CANDAU, Vera. **Pedagogia Decolonial e antirracista e intercultura no Brasil.** Educação em revista, v26, n01, p15-40. Belo Horizonte. 2010.

PIAGET, Jean. **A psicologia da criança.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. PIMENTA, Rafaela. **A Educação como permanência e possibilidade de superação do Eterno Feminismo em Simone Beauvoir.** Anansi: Revista de filosofia, Salvador, v.2, n.1, 2021.

PITKIN, H. F. **Representação:** Palavras, instituições e idéias, Lua Nova, São Paulo, 67:15-47, 2006.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder y classificación social.** Journal of Word-systems research, v.11, n.2, p. 342-386, 2000.

PEQUENO, Maria. **Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece) na vertente da avaliação do rendimento escolar.** R. bras. Est. pedag. Brasília, v. 81, n. 197, p. 128-134, 2000.

ROCHA, Helenice. CAIME, Flávia. **A(s) história(s) contada(s) no livro didático hoje:** entre o nacional e o mundial. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 34, no 68, p. 125-147, 2014.

SÁ, Pedro. **SAEB e PNLD:** Dissonâncias e implicações das avaliações de larga escala no contexto educacional brasileiro. Instituto Federal de Mato Grosso: Campus Confresa Revista Prática Docente. v.5, n.2, p. 673-699, 2020.

SANTOS, Francesca *et al.* **SPAEC:** perspectiva de acompanhamento da aprendizagem dos alunos cearenses através de seus resultados. Revista Ensino Interdisciplinar, v. 1, nº. 1. UERN, Mossoró, RN. 2015.

SEDUC, Secretaria da Educação do Estado do Ceará. SPAECE, **Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará.** Fortaleza. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/spaec/>. Acesso em: 29 de Setembro de 2023.

SILVA, Angelina. BARGUIL, Paulo. Capítulo 7: Implicações do Spaece no currículo escolar. In: ANDRADE, Francisco *et al.* **Educação Brasileira: Aportes e tendências.** Curitiba: CRV. 2015. pag 67 a 75.

SILVA, Isaíde. **O livro didático de história:** escolhas, usos e percepções de professores e alunos no cotidiano escolar. Educação e Filosofia Uberlândia, v. 26, n. 52, p. 565-597, 2012.

SOBRE OS AUTORES

Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, v. 6, n.1, p. 1-16, 2025.
<https://doi.org/10.18227/2675-3294repi.v6i1.8846>.

Autor 1. Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará e bolsista de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Autor 2. Graduanda do Centro de Educação na Universidade Estadual do Ceará (CED/UECE), curso de Pedagogia.

PARA CITAR ESTE ARTIGO:

SILVA, A. V. B. da .; PESSOA, A. P. C. . Spaece e livro didático de História: análise do cotidiano escolar. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2025. DOI: 10.18227/2675-3294repi.v6i1.8846.

Submetido em: 30/09/2025

Revisões requeridas em: 15/10/2025

Aprovado em: 30/10/2025